

# A “nova direita brasileira” na prática: as proposições protocoladas pelo PSL na Câmara dos Deputados (2019)<sup>1</sup>

*Marcos Paulo dos Reis Quadros (PPGCS/PUCRS)*

*Rafael Machado Madeira (PPGCS/PUCRS)*

## **Introdução**

Composta por grupos heterogêneos que compartilhariam, em suma, concepções ideológicas agasalhadas no guarda-chuva genérico do “liberal-conservadorismo”, a chamada “nova direita” (Cowan, 2014) se tornou um ator importante para qualquer análise que pretenda compreender a dinâmica da política brasileira a partir da segunda década do século XXI.

Com efeito, as manifestações de rua que eclodiram no país em 2013 (mas que de certo modo ecoam, em menor escala e já com novas agendas, até o presente) revelaram, entre outras coisas, que propostas ordinariamente associadas às direitas ganhavam adesão social, repercutindo também entre movimentos, grupos de pressão, *think tanks*, mídias sociais e formadores de opinião. Para o mais, as esferas formais de representação política já há algum tempo vinham oferecendo espaços às direitas emergentes, como ocorre, por exemplo, com a “bancada BBB” no Congresso Nacional<sup>2</sup>.

Contudo, os resultados das eleições gerais de 2018 parecem ter cimentado esse processo. Com um discurso populista alicerçado basicamente na contestação às esquerdas, à corrupção e às elites políticas, na salvaguarda de valores tradicionais/religiosos, no punitivismo em matéria penal e na liberalização econômica, o Partido Social Liberal (PSL), que abrigou candidatura vitoriosa de Jair Bolsonaro à presidência da república, ampliou suas cadeiras na Câmara dos Deputados de uma única (em 2014) para 54 (em 2018)<sup>3</sup>. Tornou-se, assim, o detentor da maior bancada na Casa, e seus eleitos obtiveram 7,6 milhões de votos em 19 unidades federativas (24 deles, *outsiders* típicos, jamais haviam disputado um mandato eletivo).

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no 44º Encontro Anual da ANPOCS (2020), GT 48 – Partidos, Eleições e Sistemas.

<sup>2</sup>As letras se referem a Boi, Bala e Bíblia. Servem para designar parlamentares conservadores e defensores do agronegócio, da segurança pública e do cristianismo, sobretudo em sua acepção neopentecostal.

<sup>3</sup>Em verdade, o partido elegeu 52 deputados. Devido às migrações partidárias posteriores à eleição, porém, o tamanho da bancada variou para 54 deputados, e atualmente (novembro de 2020), depois de conflitos internos que incluíram a saída do próprio presidente da república, soma 41 parlamentares. Consideramos o número de 54, que corresponde à realidade de boa parte do ano de 2019.

Diante desse cenário, a pesquisa objetiva, em suma, identificar como se constituiu a agenda de propostas dos deputados federais do PSL já no exercício de seus mandatos na Câmara dos Deputados, levando em conta que a prática deste grupo protagonista no parlamento pode desnudar comportamentos que estão para além das plataformas eleitorais e mesmo das teorias ventiladas sobre a constituição ideológica da “nova direita brasileira”.

Para tanto, extraímos do *site* da Câmara todos os projetos de lei, projetos de lei complementar, emendas constitucionais, projetos de lei de conversão e projetos de decreto legislativo protocolados pelos deputados do PSL no ano de 2019, o que resultou em um banco de dados de 759 itens (a produção mais volumosa dentre todos os partidos no primeiro ano da 56ª Legislatura). Em seguida, acessamos cada uma das proposições, de modo a avaliar seu teor e sua exposição de motivos/justificativa. Classificamos os itens por deputado, por unidade federativa, por estágio de tramitação, por tipo e por área temática. Por meio dessa análise de conteúdo, identificamos as propostas que seriam aquelas que possuem teor ideológico mais pronunciado, conforme critérios detalhados adiante.

## **1. As eleições de 2018 e o fim da “direita envergonhada”**

“Direita envergonhada” tornou-se expressão corrente na literatura da Ciência Política brasileira. Uma vez que o regime militar (1964-1985) fora identificado com as correntes de direita, os políticos que atuavam na redemocratização evitavam valer-se publicamente desse termo para situarem a si próprios no espectro ideológico.

É o que comprovam trabalhos referenciais, a começar pelo pioneirismo de Rodrigues (1987). Contudo, de acordo com os dados empíricos publicados muito depois por Power e Zucco Jr. (2011), “a tendência de parlamentares brasileiros se declararem à esquerda de onde ‘realmente’ estão localizados continua operando”, já que “88% dos parlamentares se posicionam à esquerda da reputação de seu partido”, a despeito do fato de que “grande parte dos parlamentares brasileiros tenha preferências compatíveis com esse termo [direita]” (Power e Zucco, 2011, pp. 43-44). Havia um verdadeiro abismo entre *ser* de direita na prática e *dizer-se* de direita, algo verificável no Congresso Nacional e que se espalhava por dimensões mais amplas da realidade política brasileira.

Não obstante, existem indícios de que o ciclo da “vergonha” tenha perdido força. Se é verdade que apenas um grupo muito limitado de deputados federais lançou mão diretamente da identidade conservadora e/ou direitista em discursos pronunciados na Câmara dos Deputados até o fim do ano de 2017 (Quadros e Madeira, 2018), é igualmente notório que em outras frentes

as direitas brasileiras atuaram de modo bem menos receoso nos últimos tempos. Realmente, “o passado ditatorial no Brasil é mais recente, e a Nova Direita também. Mas ela está aí e se agita com estridência, para que ninguém disso duvide” (Cruz, Kaysel e Codas, 2015, p. 8).

Ainda que tal estridência seja emanada de vários canais, papel de arauto cabe à ação política levada a cabo pelas igrejas neopentecostais. Da pregação inicial nas periferias e da relativa marginalização que historicamente enfrentaram devido à supremacia avassaladora do catolicismo no Brasil, aquelas igrejas, sobretudo a partir dos anos 1990, conquistaram um volume crescente de fiéis, irradiando uma cosmovisão muitas vezes tradicional e conservadora (pelo menos no campo dos costumes, e não necessariamente coerente com as linhas do conservadorismo clássico, burkeano, de corte-anglo-saxônico).

E essa visão penetrou na zona da representação política com similar potência, haja vista que a “bancada evangélica” na Câmara dos Deputados alargou-se gradualmente. A despeito da heterogeneidade do grupo, os “políticos de Cristo” então tornaram-se célebres pela tentativa de impor uma agenda baseada na defesa dos interesses das igrejas, destacando-se a oposição às demandas de grupos ligados à diversidade sexual, à “ideologia de gênero” e à descriminalização do aborto, bem como o apoio a legislações que facilitassem concessões de rádio e TV e isenções tributárias para as igrejas.

Logo, o apoio à candidatura de Jair Bolsonaro nas últimas eleições soaria como um coroamento lógico da trajetória dos evangélicos na política,

Por considerá-lo representante legítimo de seus valores e capaz de derrotar o inimigo petista e os perigos que lhe atribuíam: implantar o comunismo, perseguir os cristãos, abolir o direito dos pais de educar os filhos, reorientar a sexualidade das crianças, destruir a família (Mariano e Gerardi, 2019, p. 69).

Mas não são novos os esforços de Bolsonaro para fazer-se representante destacado da direita brasileira, o que inclui os evangélicos conservadores (mas os extrapola). O ex-capitão do Exército que por três décadas assentou-se como parlamentar alheio ao centro decisório da Câmara dos Deputados sempre se portou como direitista combativo e assumido, sendo mesmo plausível aventar que os posicionamentos acentuadamente ideológicos adotados durante os sucessivos mandatos tenham alavancado sua visibilidade em nível nacional.

Em 2014, adiantando seus planos de concorrer à Presidência da República, Bolsonaro assegurava: “Sou de direita mesmo e não tenho vergonha de dizer. Vou disputar o Planalto. Se meu partido não me apoiar, mudo de legenda para concorrer. [...] É uma candidatura de direita, sem vergonha” (Bolsonaro, 2014).

No entanto, os objetivos do pré-candidato incluíam outros aspectos, compreendendo os anseios de praticamente todas as vertentes da “nova direita brasileira”. A citação é longa, mas paradigmática:

Meu nome, sem qualquer dúvida, encarna o sentimento daqueles que não suportam mais: o PT e demais partidos de esquerda; a desvalorização das Forças Armadas; o ‘politicamente correto’; a altíssima carga tributária; a política externa aliada com ditaduras; o ativismo gay nas escolas; o desarmamento dos cidadãos de bem; a não redução da maioridade penal; o não reconhecimento da vital importância dos ruralistas e do agronegócio no desenvolvimento do País; a política de destruição de valores morais e familiares nas escolas; a ausência da pena de morte, prisão perpétua e trabalhos forçados para presos (ainda que consideradas cláusulas pétreas na Constituição); a manutenção do exame de ordem da OAB, nas condições atuais; as cotas raciais, que estimulam o ódio entre brasileiros e que, em muitos casos, são injustas entre os próprios cotistas; a Comissão Nacional da (in)Verdade, que glorifica terroristas, sequestradores e marginais que tentaram implantar, pelas armas, a ditadura do proletariado em nosso país; o Marco Civil da Internet, cuja regulamentação por decreto, inicia a censura virtual; o ‘Foro de São Paulo’ onde ditadores e simpatizantes se acoitam por uma hegemonia marxista na América Latina; a liberação de recursos pelo BNDES para construir Porto em Cuba e metrô na Venezuela, assim como perdões de dívidas de ditadores africanos; as escolas com professores desprovidos de meios para exercerem sua autoridade; a ajuda financeira de mais de R\$ 1 bilhão por ano à ditadura cubana via contratação de mão de obra escrava pelo programa ‘mais médicos’; os programas ‘Bolsa Família’ como curral eleitoral e ‘Brasil Carinhoso’ que estimula a paternidade irresponsável; o Ministério da Defesa chefiado por incompetente civil como se não houvesse um oficial-general de quatro estrelas qualificado e confiável para o cargo; o Código Penal que não garante punições justas para os criminosos; a invasão e ocupação de terras e prédios públicos e privados por movimentos ditos sociais, sem legislação eficaz que puna tais práticas; a obstrução de vias públicas e queima de ônibus por qualquer motivação; a priorização na política de direitos humanos para criminosos em detrimento das vítimas, dos policiais e dos cidadãos de bem (Bolsonaro, 2015).

Essa espécie de declaração de princípios (veiculada, ressalte-se, ainda em 2015), demonstra a incorporação também de pautas da “bancada da bala”, das multidões que saíram às ruas para protestar contra a corrupção, pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e por mais liberdade econômica. Era a direita que já não se envergonhava.

E de fato a campanha presidencial seria, três anos depois, fiel aos princípios que o então pré-candidato tornara públicos. Em alusão à moral familiar tradicional que é bandeira típica do segmento evangélico, o então candidato afirmou que “A família vai ser respeitada. Aqui tem macho e fêmea e não vamos admitir que nossas crianças continuem sendo pervertidas em programas de governo” (G1, 2018). Demonstrando que também o catolicismo alheio ao progressismo seria contemplado, Bolsonaro, em encontro com D. Orani Tempesta, arcebispo do Rio de Janeiro, assegurou que “Assinamos um compromisso em defesa da família, em defesa da inocência da criança em sala de aula, em defesa da liberdade das religiões, contrário ao aborto, contrário a legalização das drogas. Ou seja, um compromisso que está no coração de todo brasileiro de bem” (Agência Brasil, 2018).

Afagando a “bancada da bala”, Bolsonaro prometia que, caso fosse eleito, iria “entupir a cadeia de bandidos”, uma vez que “Quem não quer ir pra lá [presídio] é só não fazer nada de errado. Quem está lá, está porque mereceu” (Gazeta do Povo, 2018). Defendeu também a chamada “excludente de ilicitude” para que policiais deixassem de ser responsabilizados criminalmente em decorrência de atos praticados durante operações de combate ao crime. Importaria “dar para o policial, dar para o agente da segurança pública, o excludente de ilicitude. Ele entra, resolve o problema, se matar 10, 15 ou 20 com 10, 15, 30 tiros cada um tem que ser condecorado, e não processado” (Zero Hora, 2018). Para o mais, a revogação do Estatuto do Desarmamento figurou como ponto central de sua campanha.

No tema do agronegócio, Bolsonaro, ao receber o apoio formal de congressistas da “bancada ruralista” para sua candidatura, observou que “Me considero um agregado à bancada produtora em Brasília. Sempre estivemos juntos” (R7, 2018). Realmente, o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antônio Nabhan Garcia, declarou durante a campanha: “Algumas demandas importantes, como segurança jurídica, a questão do direito de propriedade”, deveriam vir a ser contempladas no futuro governo, eis que “temos que ter políticas agrícolas voltadas para quem realmente trabalha, temos que ter um BNDES que realmente seja para todos e não só para alguns amigos do rei. Essas são as questões com as quais o Bolsonaro sempre se comprometeu com o setor produtivo” (G1, 2018c).

Bastante ideologizada foi a retórica do candidato acerca do Partido dos Trabalhadores, sigla que liderou as esquerdas brasileiras desde a redemocratização e que governara o país por quatro mandatos consecutivos. Em dada oportunidade, assegurou que “eles [os petistas], que representam Cuba, que representam o governo da Venezuela com a sua bandeira vermelha com a foice e o martelo em cima dela” (Exame, 2018), não deveriam triunfar. Em retórica similar, perguntou “Por que nos atacam?”, respondendo “Porque nós das Forças Armadas somos o último obstáculo para o socialismo” (Notícias Agrícolas, 2018). Considerando que “O vermelho é um sinal de alerta para o que não queremos no país. A nossa bandeira é verde e amarela e nosso partido é o Brasil”, o candidato não deixava de fazer referências ao Foro de São Paulo, que entendia como “grupo político com viés ideológico, comunista, de esquerda, liderado por Lula e Fidel Castro” (Agência Brasil, 2018b). Por fim, criticando simultaneamente os dois partidos que haviam protagonizado as seis disputas presidenciais anteriores, associando-os à corrupção, Bolsonaro asseverou que “PT e PSDB são farinha do mesmo saco. Na verdade, o

grande projeto deles é o indulto para Lula e condenados no Mensalão e Petrolão<sup>4</sup>” (Leia Já, 2018).

Em relação ao programa liberal que ganhava na indicação de Paulo Guedes para o ministério da Economia um emblemático representante<sup>5</sup>, Bolsonaro afirmou que “O maior incentivo que a gente pode dar com o setor produtivo é tirar o Estado do cangote do produtor”. Além disso, “nós temos que desburocratizar e desregulamentar muita coisa, de forma que aquela pessoa que queira empregar não seja refém do Estado”. A redução do aparato estatal se complementaria com ações como “reduzir em 20% o volume da dívida por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades imobiliárias da União e devolução de recursos em instituições financeiras oficiais” (G1, 2018b).

Por meio dessa brevíssima digressão, resta patente que Bolsonaro valeu-se amplamente dos apelos ventilados pelas principais vertentes da “nova direita” durante sua campanha presidencial. Na esteira deste discurso, elegeram-se também 54 deputados federais pelo PSL, partido ao qual Bolsonaro se filiou para disputar o pleito.

Para além da retórica eleitoral, porém, pretende o presente artigo avaliar em que medida semelhantes apelos foram mobilizados pelos deputados federais do PSL na prática, ao longo do primeiro ano de efetivo exercício de seus mandatos. Por outras palavras, a seção seguinte aspira mapear, especificamente por meio das proposições protocoladas pelos parlamentares do PSL, quais foram os temas predominantes das legislações propostas, quem foram seus principais mobilizadores e em que medida seu teor continha ideias passíveis de serem associadas aos valores da “nova direita”.

## **2. As proposições do PSL na Câmara dos Deputados**

Conforme mencionado anteriormente, o banco de dados foi confeccionado a partir de pesquisa realizada no *site* da Câmara dos Deputados, de modo que foram computados todos os 759<sup>6</sup> projetos de lei, projetos de lei complementar, emendas constitucionais, projetos de lei de conversão e projetos de decreto legislativo protocolados pelos parlamentares do PSL no ano de 2019.

---

<sup>4</sup>“Mensalão” e “Petrolão” designam popularmente dois dos mais impactantes episódios de denúncias de corrupção que foram movidas contra várias lideranças políticas brasileiras nas últimas décadas.

<sup>5</sup>Guedes notabilizou-se como um economista ligado aos “Chicago Boys” e à Escola de Chicago (defensor, portanto, da agenda ultraliberal em economia),

<sup>6</sup>Qualquer pesquisa baseada nos mesmos marcadores resultará em 760 itens. Ocorre que um Projeto de Lei (PL 548/2019) é incluído equivocadamente na lista, já que é de autoria de uma senadora (Soraya Thronicke – PSL/MS). Logo, desprezamos essa proposição.

Desses, 705 (91,6%) eram Projetos de Lei. Até o momento<sup>7</sup>, apenas três (0,39%) dos 759 já foram aprovados e se tornaram norma jurídica, 53 (6,9%) estão “prontos para pauta” e 31 (4,08%) foram arquivados ou retirados pelo autor. Os demais aguardam encaminhamentos inerentes à tramitação.

Cabe destacar que o PSL respondeu pelo maior volume de proposições protocoladas por um mesmo partido na Câmara ao longo do primeiro ano da 56ª Legislatura. Dentre as cinco siglas com maior produção, aparecem, em seguida, PSB (510 proposições), PT (504), Podemos (403) e PSDB (388). Ademais, 30,9% das proposições do PSL foram apresentadas nos três primeiros meses da legislatura, o que poderia advir do ímpeto inerente a uma bancada totalmente nova, que chegava ao governo fundada em promessas de mudanças e que se compunha, em parte, por *outsiders* sem experiência prévia no parlamento.

No entanto, apenas 10 deputados concentram praticamente a metade (48,6%) de todas as proposições apresentadas pelo partido no período estudado:

**Tabela 1: Deputados “campeões” na apresentação de proposições**

<b>Deputado</b>	<b>Proposições</b>
Sanderson (RS)	65
Helio Lopes (RJ)	53
Dra Soraya Manato (SP)	42
Coronel Tadeu (SP)	41
Luiz Lima (RJ)	33
Luiz Phillippe (SP)	33
Heitor Freire (CE)	31
Daniel Silveira (RJ)	24
Nereu Crispim (RS)	24
Bibo Nunes (RS)	23
<b>Total</b>	<b>369</b>

Fonte: os autores, a partir de dados da Câmara dos Deputados

O “campeão” – Sanderson – foi responsável, sozinho, por 8,5% de todas as proposições do partido, e os quatro primeiros da lista somaram 201 iniciativas (26,4% do total). Em acréscimo, é interessante sublinhar que todos esses dez deputados estão em primeiro mandato na Câmara, o que reforça a ideia de que o “ímpeto” anteriormente mencionado, nesse caso, parte sobretudo de “novatos” que aspiram “mostrar serviço”, talvez motivados pela modificação de legislações na senda de discursos semelhantes ao da “nova política”<sup>8</sup>. Finalmente, é digno de nota que nove desses dez deputados são provenientes do sudeste ou do sul, as zonas mais

<sup>7</sup>Consulta final realizada em 24 de abril de 2020.

<sup>8</sup>Termo genérico que foi mobilizado como propaganda eleitoral por inúmeros candidatos a partir de 2014 no Brasil. Geralmente com raiz populista, supõe que a elite política brasileira estaria decadente e corrupta, o que exigiria uma purificação promovida por novos líderes afastados do *mainstream*.

industrializadas do país (apenas Heitor Freire tem base fora dessa região, elegendo-se pelo nordeste).

A partir de uma análise mais detida do perfil dos parlamentares, percebe-se que a bancada do PSL na Câmara tende a ser oriunda do eixo sul-sudeste. De fato, 40 dos 54 deputados do partido (74,07%) são provenientes dessas duas regiões, protagonismo que de algum modo se revela, como vimos, também na composição da lista dos parlamentares mais ativos em termos de apresentação de proposições.

Se considerarmos apenas os projetos individuais protocolados em 2019 pelo PSL (sendo desprezadas, portanto, as iniciativas conjuntas), 590 (81,8% do total) partiram de deputados vindos do sul-sudeste, o que igualmente guarda relação com a configuração espacial da bancada. Desses, 168 são de autoria de deputados do sul e 422 partiram de parlamentares do sudeste. O Rio de Janeiro concentra o maior número de proposições (184), seguido por São Paulo (131) e pelo Rio Grande do Sul (118).

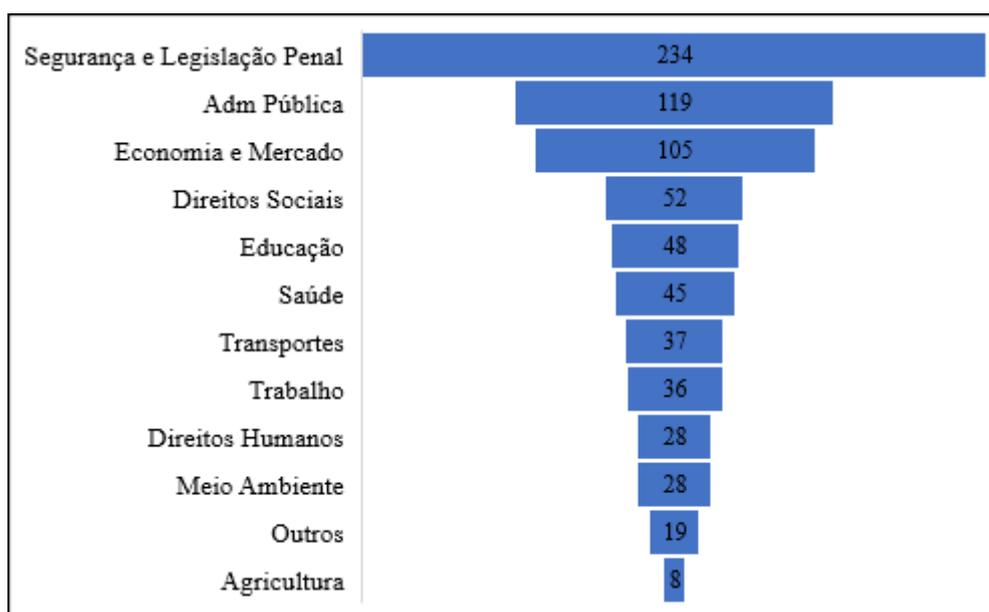
Também importa registrar que os deputados do PSL tendem a ser “individualistas” e relativamente “puristas” no que diz respeito às proposições que submetem. Com efeito, há apenas 38 proposições protocoladas em conjunto (5% do total de 759), sendo que 9 destas (23,6%) envolvem somente autores do próprio PSL. As restantes foram apresentadas em conjunto com vários outros partidos de todo o espectro ideológico, mas se constatou um único caso de proposição cuja autoria é exclusivamente de deputados do PSL e de um ou mais partidos de esquerda (PDL 735/2019, que susta resolução que previa maior tributação para empresas de pequeno porte). Esses dados reforçam a posição ideológica que o partido ocupa e demonstram a baixa frequência de alianças pontuais com grupos progressistas para a apresentação de novas legislações.

Em paralelo, dividimos as proposições de acordo com o tema a que se referem<sup>9</sup>:

---

<sup>9</sup>O *site* da própria Câmara dos Deputados realiza a separação dos projetos por tema. Contudo, a metodologia utilizada pela Casa permite que um mesmo projeto seja inserido em mais de uma categoria, o que, nos parece, pode confundir a análise. Diante disso, optamos por criar categorias próprias, nelas enquadrando as proposições uma única vez após leitura detida de cada uma delas. Nos poucos casos demasiado amplos/dúbios, verificamos para qual comissão foi destinada a proposição a fim de inseri-la na área temática que melhor expressa seu teor.

**Figura 1: Distribuição das proposições por tema**



Fonte: os autores, a partir de dados da Câmara dos Deputados

Os dados suscitam inúmeras observações. Primeiramente, torna-se evidente que a maior incidência de propostas (30,8% do total) se relaciona ao tema que denominamos como “Segurança Pública e Legislação Penal”. Há, pois, aderência a uma das bandeiras centrais da campanha de Jair Bolsonaro, o que se torna ainda mais patente ao constatarmos que 104 dessas 234 (44,4%) visam especificamente modificar o Código Penal ou o Código de Processo Penal.

Com base na leitura de cada uma das proposições, identificamos que em nenhum caso houve qualquer intento de relaxar as legislações vigentes. Pelo contrário: o que se observa são tentativas claras no sentido de, por exemplo, endurecer as penas, criar tipos penais, ampliar o porte/posse de armas de fogo e oferecer mais respaldo à legítima defesa e à atuação das forças policiais.

Não chega a ser raro que tais proposições contemham exposto grau de ideologização, como se vislumbra no PL 3942/2019, de autoria dos deputados Carla Zambelli, Bia Kicis e Eduardo Bolsonaro, o qual pretende alterar o “art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o homicídio contra criança e adolescente e para impor ideologia de gênero no rol dos crimes hediondos”. No caso de responsáveis adultos condenados por “impor ideologia de gênero” às crianças, prevê-se pena de “reclusão, de 30 (trinta) a 50 (cinquenta) anos”, levando-se em conta que “há razões para imposição de ideologia de gênero quando o crime envolve: I – menosprezo ou discriminação ao sexo biológico; II – imposição de ideologia quanto à existência

de sexo biológico neutro; III – imposição de ideologia para inversão do sexo biológico”<sup>10</sup>. Outro exemplo é o PL 4012/2019 (Daniel Silveira/RJ), que pretende legalizar o uso de armas não-letais por parte de professores em ambiente escolar. Em sua justificativa, consta o seguinte:

O Estado, através dos seus órgãos de segurança pública, tem se revelado incapaz de garantir a segurança, enquanto a delinquência grassa, muitas vezes a coberto da leniência e cumplicidade de muitos que só enxergam nos criminosos – não há outro termo para designá-los – a figura do “coitadinho vítima da sociedade”, em completa inversão dos papéis, em um palco onde os órgãos de defesa dos direitos humanos, muitas vezes num discurso reducionista, se esquecem do direito dos cidadãos de bem e, no caso, dos que convivem no ambiente escolar<sup>11</sup>.

A ênfase na segurança pública e no recrudescimento da lei penal sem dúvida aproxima a agenda dos deputados do PSL das bandeiras da “bancada da bala”. Além do fato de que praticamente 1/3 das iniciativas do partido tenham versado sobre esse assunto, 10 deputados do PSL trazem postos da hierarquia das corporações de segurança em seus nomes de mandato (coronel, delegado, etc.), embora existam outros que são oriundos das mesmas carreiras sem valerem-se de tais nomenclaturas nas assinaturas oficiais registradas na Câmara<sup>12</sup>. Nada menos que 32 dos 54 deputados federais do PSL são considerados como pertencentes à “bancada da bala”<sup>13</sup>.

Contudo, não vale o mesmo para a eventual proximidade com a “bancada ruralista”. À luz dos dados, apenas 8 proposições (1,05%) enquadram-se no tema “Agricultura”, sendo que uma delas (PL 6076/2019) foi apresentada em conjunto com outros nove partidos, incluindo o PT, e visa facilitar a renegociação de dívidas do crédito rural.

Ademais, poucas são as tentativas de privilegiar o agronegócio ou os interesses de grandes proprietários rurais. As propostas que agrupamos na categoria incluem, pelo contrário, a regulação sobre a comercialização interestadual de produtos alimentícios artesanais (PL 4255/2019), a inserção das cooperativas formadas por agricultores familiares na ordem de prioridades para o fornecimento de alimentos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PL 3547/2019 e PL 5856/2019), a concessão de rebate para liquidação de operações de crédito para pequenos agricultores (PL 6276/2019), a regulação do exercício de atividades agrossilvipastoris em terras indígenas (PL 3045/2019) e a regulamentação da pesca esportiva

---

10Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?co-dteor=1763-923&filename=PL+3492/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?co-dteor=1763-923&filename=PL+3492/2019)>. Acesso: 26 mai. 2020.

11Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?cod-teor=17773-91&filename=PL+4012/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?cod-teor=17773-91&filename=PL+4012/2019)>. Acesso: 26 mai. 2020.

12Eduardo Bolsonaro (PSL/SP – filho do atual presidente), por exemplo, não carrega no nome parlamentar o cargo de escrivão da Polícia Federal, cargo que exerceu antes de ingressar na vida pública.

13Disponível em: <<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/88899-eleicoes-2018-bancada-linha-da-seguranca-publica-cresce-na-camara-e-no-senado>>. Acesso: 26 mai. 2020.

(PL 2877/2019). Eventuais suportes ao agronegócio seriam visíveis apenas na genérica concessão do título de “Capital Nacional do Milho” a um município sulista (PL 2569/2019).

Contudo, dentre as 28 proposições enquadradas na categoria “Meio Ambiente”, três tendem a favorecer diretamente os interesses do agronegócio. O PL 3903/2019 propõe indenização prévia quando houver restrição de atividades em reservas ambientais, o PL 5724/2019 visa diminuir as possibilidades de destruição legal de bens utilizados para o cometimento de infrações ambientais e o PL 6148/2019 propõe vedação do embargo de atividade agrossilvipastoril em imóvel rural nos casos em que a infração se der fora da área de preservação permanente ou reserva legal.

Ainda assim, ganha robustez a sugestão de que a bancada do PSL na Câmara é mais ligada às demandas de extratos urbanos da sociedade, configurando uma direita diferente dos tradicionais partidos e líderes conservadores historicamente ligados ao latifúndio e/ou ao coronelismo<sup>14</sup>. Em síntese, tomando os projetos encaminhados como parâmetro, falta um “B” para que o PSL seja incluído na “bancada BBB”.

Reforçando o caráter “urbano” de parte da agenda propositiva do PSL na Câmara, o segundo tema mais explorado foi o da “Administração Pública” (119 proposições, ou 15,6% do total). Ainda que o conjunto compreenda uma gama plural de subtemas, a maioria dos projetos denota intenções de modificar o funcionamento de estruturas específicas do Estado brasileiro, denunciando a pretensão de advogar posicionamentos “*anti-establishment*” (ou de “nova política”) que alicerçaram a retórica da campanha de Jair Bolsonaro à presidência.

É assim que, à guisa de exemplo, o PDL 517/2019 objetiva cancelar a ajuda de custo a parlamentares reeleitos, o PL 4893/2019 altera os mecanismos de habilitação prévia de candidatos a mandatos eletivos, o PL 3582/2019 confere mais assertividade aos projetos de lei de iniciativa popular, o PL 2165/2019 veda aos órgãos públicos federais a exibição de qualquer imagem de pessoa condenada por crimes contra a administração pública e o PL 6490/2019 retira dos partidos a prerrogativa de suspensão do mandato em caso de infidelidade partidária.

Em alguns casos, porém, busca-se redefinir a relação entre os Poderes, como o PL 175/2019, que tem por objeto “sustar atos dos Poder Judiciário que tenham caráter de invasão de competência do poder legislativo”. Como justificativa, “Observa-se também, a existência de entidades que objetivam implementar suas ideologias por meio de decisões judiciais, pois se concluiu que é muito mais fácil o convencimento de uma turma de juízes, do que não raramente,

---

<sup>14</sup>Valemo-nos de termo de modo conceitualmente livre, no sentido de remeter à tradicional política de mando arbitrário no mundo rural, sem ligação estrita com o fenômeno particular analisado pelo clássico trabalho de Victor Nunes Leal (1976).

ter o apoio de centenas de deputados para uma alteração constitucional”. Por isso, seria necessário proteger a sociedade da

[...] figura do chamado ‘ativismo judicial’, onde juristas, na maioria dos casos magistrados, tentam adequar seus ideários do que acredita ser certo ou errado por meio de sentenças e decisões colegiadas, que modificam na prática, a legislação existente sobre o assunto, invadindo a competência legislativa do Poder Legislativo<sup>15</sup>.

Outro tema recorrente foi “Economia e Mercado”, categoria que respondeu por 13,8% das proposições do PSL (105, em números absolutos). A julgar pela plataforma liberal que pautou a campanha e mesmo certas ações de Jair Bolsonaro já no governo, seria de se imaginar que as proposições dos deputados do PSL nesse terreno se voltassem fortemente para temas como privatização, desburocratização, redução de impostos e maior liberdade econômica. Em suma, se esperaria uma bancada ativamente liberal na proposição de projetos de lei da área econômica.

Entretanto, um exame detido das proposições sugere que essa agenda não é tão consensual entre os membros da bancada. Embora tenhamos identificado 39 proposições que claramente aspiram promover medidas de liberalização econômica (à luz dos temas elencados no parágrafo anterior), também é verdade que a imensa maioria dos demais projetos desta categoria regulamentam atividades, impõem restrições/obrigações e ampliam os direitos do consumidor e a capacidade de interferência estatal junto a iniciativa privada<sup>16</sup>. Logo, somente cerca de 37% dos 105 projetos protocolados pelo PSL em 2019 na categoria “Economia e Mercado” poderiam ser denominados inequivocamente como “liberais” do ponto de vista econômico.

Entre as proposições mais liberalizantes, pode-se citar o PL 4110/2019, que pretende quebrar o monopólio estatal dos serviços postais, o PL 1299/2019, que deseja expandir a isenção tributária para determinadas remessas de recursos ao exterior, o PL 6525/2019, que isenta de tributação certos produtos esportivos, e o PL 2890/2019, que eleva a quantia isenta de imposto de renda para ganhos mensais no mercado de ações.

A julgar pela quantidade de proposições apresentadas, o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (SP) é o que mais defende propostas ligadas às bandeiras do liberalismo econômico. Das 33 proposições de sua autoria, 9 versam sobre esse tema, e 7 podem ser

---

<sup>15</sup>Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=177428-8&filename=PLP+175/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=177428-8&filename=PLP+175/2019)>. Acesso: 26 mai. 2020.

<sup>16</sup>Há cerca de uma dezena de projetos cujos conteúdos são menos claros para a feitura de semelhantes classificações. Cite-se, como exemplos, o PL 2381/2019 (que modifica os termos da Zona Franca de Manaus), o PL 192/2019 (que busca redefinir a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno), o PL 5302/2019 (que apenas institui o “Dia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico”) e o PL 6320/2019 (que institui o “Dia Nacional de Início da Temporada de Compras Natalícias”).

consideradas claramente “liberais”. De fato, o parlamentar por vezes se vale de argumentos bastante próximos do liberalismo econômico para justificar seus projetos. Na exposição de motivos do PL 6248/2019 consta que “ainda que de maneira enviesada e sob um pesado jugo estatal, o mercado de radiodifusão brasileiro parecia caminhar para um modelo balanceado com autorregulação, isenção e de liberdade dos agentes econômicos”<sup>17</sup>, ao passo que no inteiro teor do PL 3243/2019 se lê que “É preciso superar o anacrônico e impreciso mantra da supremacia do interesse público, que tanto tem dificultado a criação de cultura empreendedora em nosso País”<sup>18</sup>.

Por outro lado, entre as iniciativas de deputados mais inclinados a algum intervencionismo, liste-se, como exemplos, o PL 5220/2019 (que propõe a vedação de reajuste de preços de combustíveis pelo revendedor varejista enquanto durar o estoque adquirido pelo preço anterior), o PL 5597/2019 (que reafirma a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais brasileiras nos cinemas), o PL 1515/2019 (que proíbe a venda de creme dental em embalagem de papelão), o PL 5664/2019 (que estabelece regras acerca da obrigatoriedade da cobertura de telefonia e de *internet* móvel em áreas rurais) e o PL 5858/2019 (que confere ao passageiro o direito de reembolso do valor do bilhete de transporte aéreo).

Finalmente, um exame da ementa das propostas revela que duas delas contém especificamente as expressões “proíbe/proibir”, seis “veda/vedar” e onze “obriga/torna obrigatório”. Não se trata de uma linguagem tipicamente liberal, pelo menos quando se está a falar de economia.

Assim, ao menos com base nos projetos de lei formalmente apresentados em 2019, não é uniforme (e sequer majoritária) a defesa do liberalismo econômico entre os deputados federais do PSL quando estão em análise os projetos por eles apresentados. Se há apoio a plataformas liberais, também há evidentes intuítos regulatórios ou mesmo intervencionistas.

Cumprе sublinhar, ademais, que também na categoria “Direitos Sociais” é possível surpreender inúmeras proposições que aspiram ampliar benefícios, isenções e tratamentos especiais por parte do Estado a pessoas vulneráveis. Em uma amostra que reflete o teor da quase totalidade das 52 iniciativas pertencentes a essa categoria, o PL 5249/2019 estende a “meia entrada” em “museus e assemelhados” para estudantes, pessoas com deficiência, jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes e idosos”, o PL 787/2019 amplia os direitos de mães, pais

---

17Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=184016-5&filename=PL+6248/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=184016-5&filename=PL+6248/2019)>. Acesso: 28 mai. 2020.

18Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=17576-99&filename=PL+3243/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=17576-99&filename=PL+3243/2019)>. Acesso: 28 mai. 2020.

e crianças vítimas de microcefalia”, o PL 6171/2019 isenta de taxas a emissão da segunda via de documentos furtados ou roubados, o PL 5388/2019 concede auxílio-doença para mulheres vítimas de violência doméstica que ficarem afastadas do trabalho por decretação de medida protetiva, o PL 5663/2019 intenta assegurar ao idoso enfermo o atendimento domiciliar pela perícia médica do INSS no prazo máximo de trinta dias a contar da data do requerimento, e o PL 923/2019 requer a concessão de auxílio financeiro pelo Poder Público para a obtenção de CNH por pessoas carentes. A exposição de motivos do PL 2249/2019 (Dr. Luiz Ovando/MS) merece citação à parte:

De acordo com nossa proposta, ao término do gozo da licença maternidade, mediante requerimento, fica garantido o direito à licença primeira infância, sem prejuízo do salário, até que a criança complete 3 (três) anos de idade. Após esse período, até a criança completar 6 (seis) anos de idade, a trabalhadora poderá, a seu critério, exercer sua atividade em jornada reduzida pela metade, com remuneração proporcional. Além disso, para a mãe sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda, garante-se o recebimento da renda primeira infância, no valor de um salário mínimo mensal, até a criança completar 3 (três) anos de idade, e de ½ salário mínimo mensal, até a criança completar 6 (seis) anos.<sup>19</sup>

Portanto, o “Estado mínimo” e a ojeriza ao “assistencialismo”, máximas liberais, são, por vezes, francamente desconsiderados por parte de parlamentares do PSL em suas proposições.

Outro tema candente na campanha (e caríssimo à “nova direita”) é o da defesa da moralidade tradicional, não raro fundamentada em valores religiosos. Com efeito, tornou-se senso comum classificar ideologicamente os militantes da “nova direita” por meio do seguinte credo abrangente: “liberal na economia e conservador nos costumes”. Se o vetor liberal, conforme aventado anteriormente, não é mobilizado de modo retilíneo pela bancada do PSL, importa verificarmos se no caso do vetor dos costumes ocorre o mesmo. Neste particular, os projetos inseridos na categoria “Direitos Humanos” são ilustrativos acerca do que propõem os deputados do PSL. Embora as proposições deste campo temático sejam minoritárias (28, ou 3,68% do total), são inúmeros os apelos que vão ao encontro de um outro “B” da “bancada BBB”: o da Bíblia.

É assim que quatro iniciativas visam proibir o aborto ou celebrar os direitos dos nascituros (PL 4149/2019, PL 564/2019, PL 2893/2019 e PL 260/2019), o PDL 606/2019 almeja sustar os efeitos do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, o PL 3419/2019 dispõe sobre a proibição da cirurgia de transgenitalismo e do tratamento de redesignação sexual

---

<sup>19</sup>Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1731624-&filename=PL+2249/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1731624-&filename=PL+2249/2019)>. Acesso: 29 mai. 2020.

em menores e o PL 5412/2019 visa criminalizar a promoção, incentivo, estímulo ou permissão de apresentações e danças com conteúdo erótico ou sensual para crianças e adolescentes nas escolas de educação básica. O PL 2040/2019, no bojo de polêmicas como a do *Querrmuseum*<sup>20</sup>, considera que “é imperioso tal dispositivo penal (prisão para quem exponha crianças à nudez) com a finalidade de obstar a falta de respeito com o próximo e a ausência de senso moral para conviver em sociedade, oriunda de uma expansão cultural decadente promovida pelos governos anteriores”<sup>21</sup>, ao passo que o PL 3419/2019 salienta que “Na nova leva de imposições das ‘ideologias progressistas’, são vendidos como normais os tratamentos de redesignação sexual e as cirurgias de transgenitalismo. Entretanto, cumpre salientar que tais procedimentos têm potencial de causar danos permanentes na saúde física e mental de crianças, adolescentes e jovens”<sup>22</sup>.

No âmbito mais estritamente “secular”, há que se mencionar o PL 259/2019 (que propõe revisar as indenizações concedidas para anistiados políticos da ditadura militar) e o PL 2824/2019 (que declara, em contrariedade às demandas dos movimentos negros, a Princesa Isabel “patrona da Abolição da Escravatura no Brasil”). Especialmente curioso é o PL 510/2019, que, contrariando a visão que ordinariamente se cultiva acerca da “nova direita” no que tange ao casamento, pretende facilitar o divórcio quando há violência contra a mulher. Há também projetos voltados à defesa das pessoas com deficiência (PL 3909/2019, PL 4258/2019 e PL 4354/2019), dos idosos (PL 2061/2019) e das mulheres (PL 3414/2019, PL 5678/2019 e PL 4258/2019, além do já citado PL 510/2019).

Realmente, à despeito do combate que movem contra os movimentos feministas, a defesa ou ampliação dos direitos das mulheres está presente nas proposições dos deputados do PSL. No universo total de iniciativas, identificamos pelo menos vinte<sup>23</sup> que promovem diretamente esse tema (sendo que apenas quatro delas são de autoria de deputadas mulheres).

A fim de mensurar em que medida a ideologia é recrutada na redação global das proposições e de suas justificativas, computamos separadamente as proposições que se valem de argumentos e expressões de inequívoca ideologização. Analisamos o inteiro teor e a

---

<sup>20</sup>Exposição de arte ocorrida na cidade sulista de Porto Alegre. A exposição foi alvo de protestos por parte de ativistas conservadores e religiosos, que acusavam a curadoria de afrontar os valores tradicionais.

<sup>21</sup>Disponível em: < [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=172827-2&filename=PL+2040/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=172827-2&filename=PL+2040/2019)>. Acesso: 29 mai. 2020.

<sup>22</sup>Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1762619&-filename=PL+3419/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1762619&-filename=PL+3419/2019)>. Acesso: 29 mai. 2020.

<sup>23</sup>São elas: PL3549/2019, PL 3635/2019, PL 3414/2019, PL 1309/2019, PL 5678/2019, PL 4770/2019, PL 4087/2019, PL 3775/2019, PL 1383/2019, PL 1382/2019, PL 1381/2019, PL 1380/2019, PL 1379/2019, PL 5388/2019, PL 4258/2019, PL 510/2019, PL 5945/2019, PL 6278/2019, PL 4555/2019 e PL 2685/2019.

justificativa de cada uma das proposições- Nem todos os projetos que possam conter motivações ideológicas foram computados nessa análise específica. Seleccionamos apenas aqueles que são ideologizados e apresentam justificativas/exposições de motivo abertamente ideológicas, com linguagem correspondente. Assim, por exemplo, uma proposta que defende o recrudescimento da lei penal alegando mera necessidade de atualização da legislação – sem valer-se de expressões análogas a “bandidos” e “equivocos da política de direitos humanos” – não foi computada neste caso.

A leitura da justificativa de cada uma das proposições nos permite ter segurança para tal classificação. No entanto, não advogamos a mesma segurança no que tange às demais proposições. A fim de ilustrar nossos procedimentos, nos sentimos confortáveis para assegurar que, conforme quadro a seguir, 32,1% das propostas inseridas na categoria “Direitos Humanos” possuem elementos fortemente ideologizados, mas não sustentamos taxativamente que os 2/3 remanescentes não possuam motivações ideológicas apenas porque isso deixa de aparecer explicitamente na redação das proposições.

**Tabela 2: Conteúdos mais abertamente ideologizados por tema**

Tema	N	% do total geral	% dos ideologizados	% do total de cada área
Segurança e Legislação Penal	18	2,3	32,7	7,6
Educação	13	1,7	23,6	27
Direitos Humanos	9	1,1	16,3	32,1
Administração Pública	4	0,5	7,2	3,3
Economia e Mercado	4	0,5	7,2	3,7
Outros	4	0,5	7,2	21,5
Saúde	1	0,1	1,8	2,2
Trabalho	1	0,1	1,8	2,7
Meio Ambiente	1	0,1	1,8	3,5
Direitos Sociais	0	0	0	0
Transportes	0	0	0	0
Agricultura	0	0	0	0

Fonte: os autores, a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Logo, 55 proposições<sup>24</sup> (7,2% do total) se enquadram entre as ostensivamente ideológicas. Dessas, 18 (32,7%) pertencem à categoria “Segurança e Legislação Penal”, e 72,6%

24São elas: PL 5040/2019, PL 246/2019, PL 3492/2019, PL 3033/2019, PL 1298/2019, PL 4762/2019, PL 4110/2019, PL 2589/2019, PL 5194/2019, PL 4152/2019, PL 4149/2019, PEC 93/2019, PEC 88/2019, PL 564/2019, PL 3262/2019, PL 2824/2019, PL 2893/2019, PL 6181/2019, PL 6179/2019, PL 5149/2019, PL 5132/2019, PL 3903/2019, PL 5233/2019, PL 4012/2019, PL 4275/2019, PDL 520/2019, PL 3415/2019, PDL 413/2019, PL 3419/2019, PL 1930/2019, PL 1929/2019, PL 1560/2019, PL 1336/2019, PL 924/2019, PL 492/2019, PL 3674/2019, PL 3670/2019, PL 3567/2019, PL 947/2019, PL 4826/2019, PLP 175/2019, PL 2040/2019, PL 6248/2019, PLP 211/2019, PLP 210/2019, PDL 606/2019, PL 3243/2019, PL 2523/2019, PL 3266/2019, PL 261/2019, PL 260/2019, PL 5380/2019, PL 1531/2019, PL 1443/2019 e PL 504/2019.

do total está nas três primeiras categorias. Não obstante, “Segurança e Legislação Penal” é área relativamente pouco ideologizada (7,6%), visto que 234 proposições são dessa categoria. De fato, as áreas de “Direitos Humanos” e “Educação” são as que proporcionalmente apresentaram mais incidências de apelos ideológicos explícitos, conforme se depreende da observação da última coluna.

Em “Educação”, o tom abertamente ideológico é identificado na exposição de motivos de projetos como o PL 1531/2019 (que suprime a política de cotas nas universidades), o PL 1929/2019 (que oferece novo regramento à escolha de dirigentes universitários a fim de impedir “a ocupação premeditada dos espaços de manifestação por uma única ideologia, de esquerda”), o PL 3567/2019 (que propõe concepções similares à célebre “escola sem partido”) e o PDL 520/2019 (que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares a fim de “barrar o andamento da ‘Agenda de Gênero’ no nosso país”). O PL 1930/2019, ao almejar a retirada do título de “Patrono da Educação Brasileira” conferido a Paulo Freire, assegura que:

O pedagogo endeusado pela esquerda de nosso país, foi intitulado como Patrono da Educação Brasileira, para delírio dos marxistas do país capitaneados pela então Presidente Dilma Rousseff, que mais tarde seria vergonhosamente retirada daquele cargo não só pela via democrática, mas pela imposição natural da moralidade. Freire instituiu o método marxista crítico, em que o aluno deve quebrar a posição superior do mestre, questionando-o, insurgindo-se contra aquele que detém o conhecimento, ao que chamou de “educação libertadora”. O modelo “freiriano” de educação é celebrado pela reversão, pela indisciplina, pela insubordinação do aluno perante o professor. A péssima situação da educação brasileira nos tempos modernos revela por si só os resultados catastróficos da adoção dessa plataforma esquerdista de ensino.<sup>25</sup>

A categoria “Outros” também requer algum destaque. Composta por temas variados e de difícil classificação temática, apresentou 21,5% de proposições ideológicas (4 do total de 19 proposições). Isso se deve ao fato de que projetos como o PL 4762/2019 (Carlos Jordy/RJ) propõem a criação do “Dia Nacional de Combate à Intolerância Ideológica no Brasil”, valendo-se de linguagem paradoxalmente ideológica:

O crescimento desta intolerância traz consigo a Ditadura do Politicamente Correto, e ainda o risco do retorno das práticas terroristas, como por exemplo, algumas as ações dos grupos revolucionários de esquerda nos anos 1960. Propomos como data, o dia 06 de setembro, em memória ao dia em que, o então candidato à Presidência da República, Deputado Jair Messias Bolsonaro, sofreu uma covarde tentativa de homicídio, sendo esfaqueado na barriga por um ex-filiado do PSOL, por divergências político-ideológicas, conforme declarado pelo próprio criminoso.<sup>26</sup>

Já o PL 5233/2019 “Institui o Dia Nacional em memória das vítimas do Comunismo no Brasil”, argumentando que

---

25Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1726977&-filename=PL+1930/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1726977&-filename=PL+1930/2019)>. Acesso: 29 mai. 2020.

26Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1799018-&filename=PL+4762/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1799018-&filename=PL+4762/2019)>. Acesso: 29 mai. 2020.

Pelo fato de dominar a Academia, os teóricos do comunismo não revelam a verdade ao corpo discente por conveniência política pura e simples. Focados numa visão romantizada de uma leitura parcial de Marx, desenvolveram um discurso palatável, agradável aos ouvidos, como por exemplo, a “defesa de direitos das minorias”, bem como a “defesa da promoção da igualdade”, tudo com o fim precípua de tomar o poder pelo poder. É o que também permeia a grande mídia, que no Brasil acabou por se tornar linha auxiliar de um projeto espúrio, em parte cumprindo papel “desinformante”. Logo, a má intenção cria uma situação de absoluta ignorância: os comuns do povo no Brasil não têm acesso ao outro lado da moeda e ao conjunto ideal de informações que os levem à crítica. [...]. O que se pretende com a presente proposta, no entanto, é o estabelecimento definitivo da conscientização de que o comunismo não se trata de uma ideologia pura e simples, pois acabou e sempre acaba por redundar, na prática, seja por qualquer mutação filosófica que venha a sofrer, num processo de deterioração política e social absolutamente perverso, promotor do inverso que propaga, relegando ao povo submissão total à classe política, supressão da liberdade e de direitos fundamentais, fim da propriedade privada e do livre empreendedorismo, perseguição do direito à crença religiosa bem como dos cultos, inchaço insustentável da máquina estatal dentre outras mazelas, tudo em prejuízo do povo.<sup>27</sup>

Dentre as iniciativas assim caracterizadas, teremos o seguinte quadro, por deputado (se desconsiderarmos os projetos protocolados em conjunto por mais de um autor – sete, no total):

**Tabela 3: Deputados que se valeram de linguagem abertamente ideológica em suas proposições:**

<b>Autor</b>	<b>Total</b>	<b>% do total de proposições ideologizadas</b>	<b>% do total de proposições</b>	<b>% das proposições de sua autoria</b>
Heitor Freire	8	14,5	1,05	25,8
Luiz Philippe	6	10,9	0,79	18,1
Chris Tonietto	5	9	0,65	41,6
Coronel Tadeu	5	9	0,65	12,1
Helio Lopes	4	7,2	0,52	7,5
Julian Lemos	3	5,4	0,39	14,2
Márcio Labre	3	5,4	0,39	23
Prof. Dayane Pimentel	3	5,4	0,39	30
Carlos Jordy	2	3,6	0,26	18,1
Caroline de Toni	2	3,6	0,26	40
Daniel Silveira	2	3,6	0,26	8,3
Aline Sleutjes	1	1,8	0,13	20
Charles Evangelista	1	1,8	0,13	16,6
Delegado Waldir	1	1,8	0,13	9
Filipe Barros	1	1,8	0,13	0,5
Nereu Crispim	1	1,8	0,13	4,1

Fonte: os autores, a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Cabe frisar que apenas 16 deputados (29,6% dos 55) compõem a lista, e que os cinco primeiros respondem por 50,6% de todas as incidências acima incluídas. Ou seja, não chegam a perfazer 1/3 do total os deputados eleitos pelo PSL que mobilizaram, sem margem para dúvidas, retóricas abertamente ideológicas para dar fundamento aos projetos de lei que

<sup>27</sup>Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=181228-1&filename=PL+5233/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=181228-1&filename=PL+5233/2019)>. Acesso: 29 mai. 2020.

apresentaram em 2019. Portanto, a ideologização aberta no que diz respeito aos termos usados na redação de proposições se restringiu a um grupo bastante minoritário durante o período examinado.

Para o mais, o deputado “campeão” na apresentação geral de proposições (Sanderson, com 65) não é listado, o mesmo ocorrendo com a terceira colocada, Soraya Manato, com o quinto, Luiz Lima, e com o décimo, Bibó Nunes. Porém, o deputado Heitor Freyre, sétimo entre os campeões, possui o maior número de proposições no quesito que estamos a avaliar.

Proporcionalmente, a deputada Chris Tonietto valeu-se de maior ideologização no que tange à apresentação de suas proposições (41,6%), seguida por Caroline de Toni (40%) e Dayane Pimentel (30%). Porém, é certo que tal classificação deve ser interpretada com ressalvas, uma vez que Caroline de Toni, por exemplo, possui apenas dois projetos desse tipo no total, figurando apenas na nona colocação em números absolutos a despeito de ser a segunda em termos proporcionais.

Ainda assim, pode-se sugerir que há um núcleo de deputados mais ideologizados no seio da bancada do PSL, o que se revela por meio da análise global de conteúdo das proposições protocoladas pela bancada em 2019.

### **Considerações finais**

A “nova direita brasileira” frequentemente diz-se de direita, ganhou importantes espaços sociais e institucionais, venceu as eleições presidenciais de 2018 e se fez representar por uma bancada significativa no Congresso Nacional. Diante de tal realidade, o presente artigo, evadindo-se de mapear largamente as contribuições vindas da recente literatura sobre o assunto no Brasil (a qual tem se focado em perspectivas sociológicas de análise), buscou verificar especificamente em que medida as bandeiras ideológicas associadas àquela direita compuseram também a agenda de proposições dos deputados federais do PSL já ao longo do primeiro ano da 56ª Legislatura na qual se inseriu como força política concreta no exercício do poder.

Em boa parte novatos e oriundos sobretudo do sul-sudeste do país, os deputados do PSL foram responsáveis pelo maior número de proposições no período estudado. Contudo, a produção de apenas dez deputados (todos eles em primeiro mandato) representa 48,6% do total.

Para além desse grupo mais ativo, a julgar pelos dados apresentados, a bancada teve quase 1/3 de seus projetos direcionados à área de segurança e endurecimento da lei penal. Tal configuração aproxima parte de seus deputados das demandas da “bancada da bala”.

De igual modo, há aderência às pautas concernentes à defesa dos costumes tradicionais. Ainda que a categoria “Direitos Humanos” tenha comportado um número relativamente baixo de projetos, resta evidente que temas como defesa das crianças, proibição do aborto, da “ideologia de gênero” e de certas legislações mais abertas à diversidade sexual não deixaram de constar nas preocupações de representantes do PSL. A “bancada evangélica”, portanto, encontra aliados em alguns deputados do partido.

Contudo, as proposições ligadas à agricultura são muitíssimo minoritárias, versando sobre temas mais próximos dos pequenos agricultores do que do grande agronegócio, o que configura pauta historicamente mais reivindicada pelas esquerdas. Pelo menos no que diz respeito aos projetos apresentados em 2019, portanto, o PSL na Câmara dos Deputados não está identificado com “bancada ruralista” (o que não significa sustentar que o apoio às demandas dessa bancada não ocorra em votações de projetos submetidos por outros autores, aspecto que não avaliamos aqui).

Se separarmos as propostas vinculadas às três áreas que guardam relação com a agenda “BBB” a fim de verificarmos em que medida os deputados do PSL recrutaram esses temas, chega-se ao seguinte quadro:

**Tabela 4: Agenda BBB nas proposições do PSL em 2019**

<b>Tema</b>	<b>Total de projetos</b>	<b>Deputados</b>	<b>% da bancada</b>
Segurança e Legislação Penal	234	46	83,6
Direitos Humanos	28	18	32,7
Agricultura	8	7	12,7

Fonte: os autores, a partir de dados da Câmara dos Deputados.

Esses dados solidificam hipóteses que aventamos anteriormente. Pelo menos à luz das proposições apresentadas no primeiro ano da legislatura, a bancada do PSL é bastante comprometida com a “bancada da bala”, já que 46 de seus 55 deputados submeteram projetos ligados a esse tema (e praticamente sempre com o intuito de recrudescer a legislação penal). Porém, a sintonia com os evangélicos é menos patente, se considerarmos que não mais do que 18 deputados apresentaram projetos relacionados à pauta de “Direitos Humanos” e que nem todos esses projetos versam sobre a agenda típica dos religiosos. Por fim, são definitivamente desconectadas da agenda ruralista as proposições de autoria da bancada do PSL, já que somente sete deputados abordaram o tema da agricultura (e quase sempre, conforme destacamos, sob um viés afastado dos interesses do agronegócio de grande porte). Por fim, as três propostas da categoria “Meio Ambiente” que atendem aos interesses do agronegócio são insuficientes para associar a bancada a essa pauta (pelo menos, repita-se, no que diz respeito à apresentação de

projetos de lei. Os comportamentos adotados pela bancada do PSL em votações, comissões e discursos em plenário, por exemplo, não foram analisados no presente artigo).

De igual modo, as proposições ligadas à economia e mercado, embora volumosas, nem sempre focam na liberalização econômica. Há projetos que trabalham essas bandeiras claramente, e o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança mostrou-se o mais ardentemente liberal dos deputados do PSL. Em contrapartida, vários outros projetos (senão a maioria) apostam em temas como expansão da proteção social e da regulação econômica. Logo, o liberalismo econômico – emblematicamente representado pelo ministro Paulo Guedes e que seria típico da “nova direita brasileira” – não é ponto pacífico para os deputados do PSL quando se trata de formular seus projetos de lei.

Por meio de detida análise de conteúdo de cada uma das proposições e de suas respectivas justificativas, observamos que a ideologia não deixa de ser mobilizada quando os deputados redigem suas propostas. No entanto, é relativamente baixa a incidência de argumentos explicitamente ideológicos, embora muitos dos excertos aqui transcritos tenham demonstrado que a linguagem ideológica, quando presente, costuma ser bastante incisiva.

Neste particular, as propostas vinculadas à temática de direitos humanos, ainda que minoritárias, são as que proporcionalmente contêm ideologização mais decididamente pronunciada, embora segurança pública e educação sejam áreas cujo tom é também eivado por apelos ideológicos evidentes. Neste item, há um núcleo militante de 16 deputados, dentre os quais se destacam a deputada Chris Tonietto (em número proporcional de projetos) e Heitor Freire (em números absolutos).

Em suma, a agenda propositiva formal apresentada pela bancada do PSL em 2019 guarda relação com parte das principais bases da “nova direita”, mas com importantes pontos de dissonância. Análises futuras, que contemplem aspectos como comportamento em votações, apoio ou oposição a iniciativas do Executivo e proposições apresentadas nos anos vindouros, poderão vir a cancelar ou contrariar as conclusões aqui suscitadas.

## **Referências**

AGÊNCIA BRASIL. Bolsonaro diz ter firmado compromisso em defesa da família. Agência Brasil, 17 out. 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-diz-ter-firmado-compromisso-em-defesa-da-familia>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Na propaganda eleitoral, Bolsonaro critica PT e mostra família. **Agência Brasil**, 12 out. 2018b. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-horario-eleitoral-bolsonaro-critica-esquerda-e-mostra-familia>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

BOLSONARO, Jair. Bolsonaro: “Serei o candidato da direita à Presidência em 2018”. **O Estado de São Paulo**, 30 out. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.co-m.br/bl-ogs/marcelo>>

[moraes/2014/10/30/bolsonaro-serei-o-candidato-da-direita-a-presidencia-em-2018/](#)>. Acesso: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Jair Bolsonaro: a cara da direita. In: **Revista Veja**, Coluna Ricardo Setti. 14 abr. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/especial-para-o-blog-deputado-jair-bolsonaro-explica-porque-quer-ser-candidato-a-presidencia-se-este-governo-conseguir-mais-um-mandato-o-que-de-melhor-nos-podera-acontecer-ser/>>. Acesso: 15 jun. 2015 CEPÊDA; V. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Londrina, v. 23, n. 2, 2018, pp. 75-122.

COWAN, Benjamin. “Nosso Terreno”: crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, 2014, pp. 101-125.

CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. Apresentação. In: CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs.). **Direita volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 7-11, 2015.

EXAME. Bolsonaro diz defender país de comunismo e “curar” lulistas com trabalho. **Exame**, 06 out. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/bolsonaro-diz-defender-pais-de-comunismo-e-curar-lulistas-com-trabalho/>>. Acesso em:

G1. Bolsonaro diz que se eleito família será respeitada: 'Aqui tem macho e fêmea'. **G1**, 01 set. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ac/acre/eleicoes/2018/noticia/2018/09/01/bolsonaro-diz-que-se-eleito-familia-sera-respeitada-aqui-tem-macho-e-femea.ghtml>>.

\_\_\_\_\_. Saiba mais sobre as propostas de Bolsonaro e Haddad sobre estatais e privatizações. **G1**, 19 out. 2018b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/19/saiba-mais-sobre-as-propostas-de-bolsonaro-e-haddad-sobre-estatais-e-privatizacoes.ghtml>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Bolsonaro recebe representantes do agronegócio e defende agricultura familiar. **G1**, 24 out. 2018c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/24/bolsonaro-recebe-representantes-do-agronego-cio-e-defende-agricultura-familiar.ghtml>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

GAZETA DO POVO. Em Entrevista na Jovem Pan, Bolsonaro diz que vai “entupir a cadeia de bandidos”. **Gazeta do Povo**, 09 out. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/na-jovem-pan-bolsonaro-diz-que-vai-entupir-a-cadeia-de-bandidos-9cb650wxl5ct7zat0cknl3di7/>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LEIA JÁ. Bolsonaro: PT e PSDB provam ser farinha do mesmo saco. **Leia Já**, 20 ago. 2018. Disponível em: <<https://m.leiaja.com/politica/2018/08/20/bolsonaro-pt-e-psdb-provam-ser-farinha-do-mesmo-saco/>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

POWER. Timothy; ZUCCO JR., Cesar. Ouvindo os próprios parlamentares. In: POWER. Timothy; ZUCCO JR., Cesar (Orgs.). **O Congresso por ele mesmo**. Autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011, pp. 11-36.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, n. 120, 2019, pp. 61-76.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. "Por que nos atacam? Porque somos o último obstáculo contra o socialismo", diz Bolsonaro. *Notícias Agrícolas*, 03 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/politica-economia/218623-por-que-nos-atacam-porque-somos-o-ultimo-obstaculo-contra-o-socialismo-diz-bolsonaro.html#.Xs-axNURKjIU>>. Acesso em:

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 3, 2018, pp. 486-522. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci-arttext&pid=S0104-62762018000300486&lng=pt&nrm=iso>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

R7. Bancada do agronegócio declara apoio a Bolsonaro. *R7*, 02 out. 2018. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/eleicoes-2018/bancada-do-agronegocio-declara-apoio-a-bolsonaro-02102018>>. Acesso: 09 mai. 2020.

ZERO HORA. No JN, Bolsonaro diz que policial que mata bandido tem que ser "condecorado", não condenado. *Zero Hora*, 28 ago. 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/08/no-jn-bolsonaro-diz-que-policial-que-mata-bandido-tem-que-ser-condecorado-nao-condenado-cjleg8t0f05-3j01n0txgqaitf.html>>. Acesso em: 28 mai. 2020.